

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 14

Mobilidade Urbana

Eduilio Roberto Sampaio da Cruz (*)

Rapidamente a palavra mobilidade passou a compor o vocabulário de profissionais do trânsito por todo o Brasil, principalmente em cidades de maior porte. É verdade que a prática ainda está longe do ideal, mas, considerando que o planejamento, há poucos anos nem ao menos a considerava, estamos no caminho certo. O problema é que tudo que se relaciona ao trânsito nas grandes cidades é urgente, o tempo é um dos principais inimigos do planejamento urbano. Não é mais possível pensar simplesmente na resolução de um problema, é necessário que se pense nos problemas que ainda estão por vir. Satisfazer o “ir e vir” das pessoas, considerando todas as necessidades dos diferentes grupos de usuários das vias públicas é, sem dúvida, uma equação difícil de resolver e aqueles que apresentam alguma dificuldade na locomoção merecem atenção especial quando do planejamento.

A legislação já contempla pessoas com deficiência, porém nem sempre suas previsões são consideradas, dificultado o exercício da cidadania de muitos brasileiros. Temos, por um lado, leis que exigem que empresas as contratem e para isso se preparam, e temos, por outro lado, a morosidade na adequação das estruturas públicas impedindo que tais pessoas saiam de casa com independência. O tema é relativamente recente e evidentemente as vias e veículos não se adequam rapidamente, mas é necessário que o assunto, não caia no esquecimento e as adequações não sejam vistas apenas como uma obrigação a ser cumprida, deixando em segundo plano ou desconsiderando o direito de quem as utilizarão. Tão importante quanto não cair no esquecimento, é esclarecer a sociedade, como um todo, a relevância de se garantir o direito à locomoção de todo cidadão. Ainda temos discussões que questionam: frota do transporte público 100% adaptada; a quantidade de acessos prevista nas normas; largura de calçadas para comportar cadeiras de rodas e demais exigências, como se fossem exageradas, fazendo-se comparações matemáticas e utilizando-se de argumentos relacionados ao número de pessoas com deficiência. Ainda temos que vencer resquícios de preconceito. A visão daqueles que apenas fazem uso das vias públicas, nem sempre está sensível a todas as particularidades da mobilidade urbana, em especial à acessibilidade, pois é muito mais fácil enxergarmos as nossas necessidades em detrimento à de outro. Se considerarmos que ao longo dos anos as cidades foram planejadas desconsiderando pessoas com deficiência, é natural que tais cidadãos criassem, ao longo desses mesmos anos, a cultura da reclusão, limitando-se a sair de suas casas apenas quando isso fosse extremamente necessário. Isso fez e continua a fazer com que a percepção da maioria das pessoas seja de que o número de



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

peças que necessitam de adaptações para seus deslocamentos seja menor do que o real. Como exemplo, penso que podemos usar as calçadas ou passeios, onde são raras as construções particulares que levem em consideração a acessibilidade. Normalmente, tais obras são realizadas da forma mais simples possível e, mesmo nos locais mais nobres, com recursos financeiros abundantes para sua realização, as adaptações são, quase sempre, esquecidas ou ignoradas. De um modo geral, mesmo que de forma inconsciente, ocorre mais ou menos assim: *“Se a estrutura não está adaptada, pessoas com deficiência não saem de casa, se não saem de casa, não as vemos, se não as vemos, elas não existem, se não existem não adaptamos, se não adaptamos elas não saem de casa...”*. Mesmo que considerássemos apenas essa visão matemática para resolver o problema, seria necessário ampliar a percepção do cidadão para que as alterações fossem encaradas de forma séria e como imprescindível, evitando críticas e descrédito, aspectos que muitas vezes norteiam as decisões. Evidentemente não podemos usar somente o argumento matemático ou estatístico, sob pena de não conseguirmos justificar as alterações em locais onde, comprovadamente, a demanda numérica não nos favoreça, tal argumento pode ser utilizado apenas como uma ferramenta para auxiliar na busca da sensibilização por uma visão mais humana, um entendimento de que independentemente do número de interessados, a estrutura deve estar à disposição e a escolha de como ou quando será utilizada será do cidadão. Não podemos nos satisfazer com mecanismos que imponham às pessoas hora e local para serem atendidas pela acessibilidade.

Vivemos o momento da mudança. Há poucos anos o tema não era abordado, hoje, ao planejarmos, esperamos que nos próximos anos isso tudo esteja resolvido. É natural que problemas apareçam: pessoas resistentes; profissionais em formação; equipamentos ainda em teste. Acredito que somente após o entendimento real do problema é que as alterações necessárias acontecerão de forma ampla e definitiva. A mobilidade, em todos os seus aspectos, precisa ser vista como um direito do cidadão, como uma necessidade social a ser sanada, principalmente pelo poder público, mas com a participação de todos tornando a cidade mais humana e dando mais qualidade de vida aos seus municípios. Estamos no caminho certo, mas os passos ainda são lentos, precisamos acelerá-los.

()Eduilio Roberto Sampaio da Cruz é Agente de Fiscalização da Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba*